

**ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) PREGOEIRO(A) DA PREFEITURA
MUNICIPAL DE NAVEGANTES/SC**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 226/2022 PMN

MISERVI ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA.,
pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 79.391.157/0001-45,
estabelecida na Rua 202, nº 26, bairro Meia Praia, Itapema/SC, CEP 88.220-000,
vem por meio de seu representante legal, com fulcro no *item 8.1.1 do edital*,
apresentar ***Impugnação ao Edital do PREGÃO PRESENCIAL Nº 226/2022
PMN***, conforme as razões que passa a aduzir.

I – SÍNTESE FÁTICA

O Município de Navegantes realizará licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo maior desconto, visando a contratação de empresa(s) especializada(s) em serviços de manutenção, reparos, reformas e restaurações estruturais em edificações públicas, sejam elas próprias ou locadas, com fornecimento de mão de obra, insumos, máquinas, ferramentas e equipamentos, que serão contratados conforme a necessidade, para atender as secretarias, fundações, autarquias municipais, órgãos conveniados da Prefeitura Municipal de Navegantes/SC, de acordo com as características e disposições do instrumento convocatório e seus anexos.

Conforme se extrai da leitura atenta do referido instrumento convocatório, a contratação em voga acarretará grande carga de obrigações técnicas e financeiras a serem assumidas pelas futuras contratadas, sendo imperiosa a adoção de critérios suficientes para seleção de empresas aptas à perfeita execução dos serviços.

Contudo, o edital consigna exigências relativas à qualificação técnica e econômico-financeira insuficientes para a garantia da mínima segurança na seleção de fornecedores efetivamente capazes.

Do mesmo modo, ao analisar o valor estimado para a futura contratação, verifica-se de modo incontestado que o preço máximo fixado pela Administração não se coaduna às reais necessidades dos serviços, restando insuficiente para a cobertura de todas as obrigações inerentes aos serviços.

Dessa forma, o instrumento convocatório em comento deve ser retificado, nos termos das razões a seguir elencadas, adequando-o à legislação pátria, visando o atendimento ao princípio da legalidade e, consecutivamente a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Por estas razões, apresenta-se a presente impugnação.

II - MÉRITO DA IMPUGNAÇÃO

II.1 Da qualificação econômico-financeira insuficiente

A Administração lançou o edital para contratação de empresa que realize o serviço de manutenção predial, reparos, reformas, restaurações estruturais e consertos para todas as edificações integrantes do patrimônio público municipal, estimando o valor máximo da contratação em R\$ 7.150.171,80 (sete milhões, cento e cinquenta mil, cento e setenta e um reais e oitenta centavos) anual.

Notório que tal dispêndio acarretará um volumoso contingente de pessoas, insumos e encargos.

Um contrato dessa magnitude envolverá muitos trabalhadores, que dependerão de uma empresa estável, que honre seus compromissos, sob o risco de gerar um enorme prejuízo, não só para os entes envolvidos diretamente na execução contratual, mas toda uma cadeia de serviços que será afetada, desde os colaboradores até os fornecedores de materiais.

É de amplo conhecimento que por vezes, devido a dificuldades na arrecadação, é costumeiro que a Administração Pública realize atrasos no adimplemento de suas obrigações, fazendo-se necessário que a futura contratada

consiga, durante esses períodos, honrar com todos as obrigações legais, fiscais e trabalhistas, ainda que ausente a contraprestação do contratante.

Entretanto, as providências tomadas pela Administração para a aferição da idoneidade financeira da empresa que participará do certame mostram-se completamente insuficiente. Explica-se.

Da análise dos documentos comprobatórios da qualificação econômico-financeira (item 5.4), verifica-se que a Administração requisitou apenas a Certidão negativa de Falência, Concordata ou Recuperação Judicial e a comprovação de capital social mínimo de 10% do valor da contratação. Vejamos:

5.4 Qualificação Econômico-Financeira:

5.4.1 Certidão Negativa de Falência, Concordata ou Recuperação Judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias, quando não constar expressamente no corpo da Certidão o prazo de validade da mesma.

5.4.1.1 As certidões do modelo “Falência e Concordata e Recuperação Judicial” emitidas no estado de Santa Catarina deverão ser emitidas tanto no sistema “eproc” quanto no “SAJ”, devendo ser apresentadas conjuntamente, do contrário, não terão validade. <https://certeproc1g.tjsc.jus.br>

Observação: As empresas em recuperação judicial, devem apresentar certidão emitida pela instância judicial competente afirmando que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório.

5.4.2 Comprovação de possuir capital social mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor da contratação, admitida a sua atualização para a data da apresentação da proposta através de índices oficiais e demonstrado mediante apresentação de memória de cálculo. A comprovação será obrigatoriamente realizada através da apresentação do Ato Constitutivo, Estatuto

ou Contrato Social em vigor e devidamente registrado, em consonância com o artigo 31 § 3º da Lei 8.666/93.

Ora, para um contrato de tamanhas proporções, que afeta inúmeras pessoas e incrementa uma considerável movimentação econômica, o mínimo que se espera é que a Administração Pública busque diversas formas de resguardar o seu cumprimento, tendo em vista que é na fase editalícia que cabe ao Agente Público fazer as exigências necessárias, uma vez ser vedada a inovação posterior.

Dessa forma, a mera apresentação da certidão negativa de falência, concordata ou recuperação judicial não traz a segurança necessária para que seja possível garantir que a empresa cumprirá com suas obrigações.

Cabe lembrar que, em caso de inexecução pela futura contratada, a Administração Pública poderá ser responsabilizada por não ter tomado as devidas cautelas no momento da confecção do instrumento convocatório.

Conforme se depreende da disposição supra, é impossível aferir a saúde financeira da futura contratada, que deverá assumir uma contratação de grande monta, envolvendo responsabilidades trabalhistas, fiscais e tributárias, apenas por meio da certidão negativa de falência e recuperação judicial.

Diga-se que normalmente as empresas, antes de ingressar com o pedido de recuperação judicial ou de falência, acumulam grandes débitos junto aos seus credores e funcionários, sendo que tal situação não resta consignada na referida certidão até que se oficialize o pedido.

Assim sendo, a Administração corre o risco de contratar uma empresa sem condições financeiras para assumir o contrato, pois não há meios de aferir tal situação, em virtude da omissão na exigência dos demais requisitos de qualificação econômico-financeira elencadas em lei.

Em relação à comprovação de capital social mínimo de 10% do valor da contratação, tal medida além de ineficaz, não traz qualquer segurança acerca da avaliação da capacidade econômico-financeira da empresa futura



MISERVI

ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA

contratada, posto que um capital social integralizado há 1 ano, por exemplo, pode ter sido completamente comprometido, sem que haja no ato constitutivo qualquer informação acerca de tal disponibilidade de recursos, a não ser que seja realizada, em conjunto, da análise do Balanço Patrimonial.

A qualificação econômico-financeira é a única maneira que a Administração possui para auferir se a futura contratada possui condições de assumir as responsabilidades financeiras decorrentes da execução dos serviços, visando garantir a segurança da contratação e a continuidade dos serviços.

Contudo, a ausência de exigência de qualificação econômico-financeira, impede que a Administração realize a efetiva comprovação da saúde financeira da licitante que está prestes a se tornar uma fornecedora pública.

O *artigo 27, inciso III, da Lei 8666/93*, estipula as regras de habilitação, vejamos:

Art. 27. Para a habilitação nas licitações exigir-se-á dos interessados, exclusivamente, documentação relativa a:

I - habilitação jurídica;

II - qualificação técnica;

III - **qualificação econômico-financeira**;

A documentação relativa à qualificação econômico-financeira está colacionada no *artigo 31 da Lei 8666/93*:

Art. 31. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se-á a:

I - balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

A Lei de Licitações visa proteger o erário ao determinar a comprovação da boa qualidade financeira do licitante por meio da apresentação do balanço patrimonial e dos índices contábeis supramencionados.

O balanço patrimonial e os índices contábeis são imprescindíveis para a devida comprovação da saúde econômico-financeira das licitantes, por meio das demonstrações contábeis correspondentes ao último exercício social, bem como da verificação dos índices de Liquidez Geral e Grau de Endividamento, é possível aferir de forma fiel a real capacidade econômica da empresa, a partir da análise do ativo, passivo e de seu patrimônio líquido.

Neste sentido os ensinamentos da jurisprudência do Tribunal de Contas da União:

São a Liquidez Geral (LG) e a Liquidez Corrente (LC) os índices utilizados para a comprovação da boa situação financeira da proponente. Quanto maiores estes índices, melhor. Um índice de LG menor que 1 demonstra que a empresa não tem recursos suficientes para pagar suas dívidas, devendo gerá-los. Já um índice de LC menor que 1 demonstra que a empresa não possui folga financeira a curto prazo. Se os índices foram maiores do que 1, a empresa estará financeiramente saudável...

Neste sentido, qualquer empresa de pequeno ou grande porte poderia participar da concorrência, independentemente de capital ou de patrimônio líquido mínimo, desde que tivesse os seus índices contábeis nos valores normalmente adotados para comprovar uma boa situação financeira.

(Acórdão nº 247/2003, Plenário, rel. Min. Marcos Vileça)

Cabe salientar, que essa documentação só seria dispensável na modalidade convite, conforme artigo 32, §1º, da Lei 8666/93:

Art. 32. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da administração ou publicação em órgão da imprensa oficial. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

§ 1º A documentação de que tratam os arts. 28 a 31 desta Lei poderá ser dispensada, no todo ou em parte, nos casos de convite, concurso, fornecimento de bens para pronta entrega e leilão.

Neste sentido importa citar jurisprudência unanime dos Tribunais a respeito do tema:



MISERVI

ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA

ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. HABILITAÇÃO. DEMONSTRAÇÃO DA CAPACIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA. APRESENTAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL. LEI 8.666/93, ART. 31, I. 1. O regulamento do certame questionado, realizado pelo CONFEA, prevê como um dos requisitos para a habilitação das proponentes a entrega do "balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentadas na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios." (Edital de Concorrência nº 002/2003 - CONFEA). 2. O não-cumprimento da exigência prevista expressamente no edital e amparada em norma legal (Lei 8.666/93, art. 31, I), enseja a inabilitação da empresa licitante. Precedentes da Quinta e Sexta Turmas. 3. O art. 1.078, do atual Código Civil, não dispõe de que o balanço só pode ser exigido a partir do quarto mês seguinte ao término do exercício, como pretende fazer crer a Apelante. O preceito civilístico, diversamente, estabelece que a assembléia deve deliberar sobre o balanço patrimonial durante os quatro meses seguintes ao término do exercício social. 4. A apresentação do último balanço patrimonial melhor atende à finalidade do edital, qual seja, verificar a atual situação financeira da licitante, de modo a comprovar que poderá prestar integralmente os serviços licitados. 5. Apelação da Impetrante improvida. (Processo AMS 20033400022501. AMS - APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA – 200334000225011. Relator(a) DESEMBARGADOR FEDERAL FAGUNDES DE DEUS. Sigla do órgão TRF1. Órgão julgador. QUINTA TURMA. Fonte DJ DATA:15/08/2005. PAGINA:54. Decisão A Turma, por unanimidade, negou provimento à apelação.

PROCESSUAL CIVIL. LICITAÇÃO. PREVISÃO EDITALÍCIA DE APRESENTAÇÃO DE BALANCETE. AÇÃO CAUTELAR. EMPRESA VENCEDORA DA LICITAÇÃO QUE NÃO TERIA APRESENTADO BALANÇO PATRIMONIAL ATUALIZADO. ADOÇÃO DO REGIME DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS QUE NÃO RESTOU COMPROVADO NOS AUTOS. FALTA DE APRESENTAÇÃO DE ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE HABILITAÇÃO. PLAUSIBILIDADE DO DIREITO INVOCADO. MANUTENÇÃO DA DECISÃO MONOCRÁTICA QUE SUSPENDE A CONTRATAÇÃO ATÉ QUE SEJA DEMONSTRADO O CUMPRIMENTO DAS DISPOSIÇÕES EDITALÍCIAS.

1. O edital do certame deve ser observado para a habilitação dos licitantes.



MISERVI

ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA

2. O Juízo ao examinar o pedido liminar funda-se nos elementos dos autos, que segundo está expresso na decisão, não demonstram o cumprimento das exigências de apresentação de balanço atualizado e capacidade técnica, com a ressalva de reexame da questão após a apresentação de contestação pela litisconsorte proclamada vencedora pela realizadora da licitação.

3. Se a empresa encerra seu exercício financeiro em 31 de dezembro de cada ano, não é sem razoabilidade a decisão que suspende a contratação ante a ausência de demonstração de cumprimento à obrigação de apresentar o balancete do ano anterior no mês de janeiro do ano seguinte ao encerrado... (AC nº 2003.01.00.029149-0/DF, Quinta Turma, Rel. Desª Federal Selene Maria de Almeida, DJ de 25/11/2003, p. 94).

ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA. DESCUMPRIMENTO DE EXIGÊNCIA DO EDITAL. INABILITAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE ILEGALIDADE.

1. Não cumprindo a impetrante exigência do Edital consistente na apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, exigência que encontra amparo no disposto no art. 31, I, da Lei n. 8.666/93, nenhuma ilegalidade existe na decisão que a declara inabilitada no procedimento licitatório. (AMS nº 2000.34.00.011444-9/DF, Sexta Turma, Rel. Des. Federal Daniel Paes Ribeiro, DJ de 11/09/2002, p. 140).

Assim sendo, percebe-se que tal exigência não representa apenas uma “mera formalidade”, mas requisito essencial e imprescindível para o fiel cumprimento do contrato, uma vez que sua finalidade não é outra senão comprovar que a empresa possui capacidade financeira necessária ao cumprimento das obrigações decorrentes da licitação, especialmente relativas à quitação das verbas trabalhistas, de tributos e contribuições sociais, fornecimento de materiais e insumos em quantitativos suficientes à necessidade do contrato, de forma a cumprir estritamente as obrigações sindicais, trabalhistas, previdenciárias, tributárias e a própria Constituição Federal.

Nesse aspecto, requer-se a complementação das exigências referentes a qualificação econômico-financeira, elencadas no item 5.4 do edital, acrescentando a exigência do balanço patrimonial e dos índices contábeis das empresas licitantes, nos termos do *inciso I, do artigo 31 da Lei 8.666/93*.

II.II Atestado de Capacidade Técnica correspondente a 50% do quantitativo a ser contratado

O item 5.5.1 do edital, que trata do atestado de capacidade técnica exigido para habilitação das licitantes, traz a seguinte redação:

5.5. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

5.5.1 Apresentar atestados de Capacidade Técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove ter a LICITANTE executado a manutenção predial de no mínimo 30 (trinta) locais, com serviços semelhantes e equivalentes ao objeto desta licitação, constando obrigatoriamente dentre os serviços os itens de: Estrutura, Hidráulica, Elétrica;

5.5.1.1 O quantitativo mínimo exigido no subitem 5.5.1 tem como referência a totalidade dos 107 (cento e sete) prédios municipais, que constam no site da Prefeitura Municipal de Navegantes, que pode ser acessado através do link: <https://www.navegantes.sc.gov.br/servicos>.

O quantitativo exigido no atestado de capacidade técnica a ser apresentado corresponde a menos de 30% do quantitativo a ser contratado.

Por certo que o quantitativo de 30 locais não cobre uma mínima parte da quantidade que a empresa terá que cumprir.

Importante frisar que os serviços serão desempenhados em todas as edificações da Prefeitura municipal de Navegantes, podendo ocorrer a cumulatividade da necessidade da prestação dos serviços em locais diversos, o que denota a imperiosa necessidade da máxima capacitação técnica comprovada por parte da futura contratada.

Nesse sentido, deve a Administração requisitar a comprovação de execução de no mínimo 50% do quantitativo a ser contratada, a rigor das normas legais que instituem as boas práticas nas contratações públicas.

O artigo 30 da Lei 8.666/93, assim dispõe:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:



MISERVI

ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA

(...)

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos

Assim sendo, a exigência da maneira como se apresenta não se presta a atender o fim precípuo da apresentação dos atestados de capacidade técnica, qual seja, comprovar a efetiva condição da futura contratada em executar o objeto licitado.

Sobre o tema, pondera Carlos Pinto Coelho Motta, in Eficácia nas Licitações e Contratos, 1994, p. 149, citando Antônio Carlos Cintra do Amaral:

1. Para efeito de qualificação técnica de empresas licitantes, a Administração deve, com base na Lei 8.666/93, exigir atestados referentes à sua capacitação técnica, com vistas à ‘comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação’ (art. 30,II)

Essa, inclusive, é a inteligência do Superior Tribunal de Justiça, *in verbis*:

ADMINISTRATIVO.LICITAÇÃO.INTERPRETAÇÃO DO ART. 30, II E §1º, DA LEI 8.666/93.(...) ‘O exame do disposto no art. 37, XXI da Constituição Federal, e sua parte final, referente a ‘exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações’, revela que o propósito aí objetivado é oferecer iguais oportunidades de contratação com o Poder Público, não a todo e qualquer



MISERVI

ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA

interessado, indiscriminadamente, mas sim, apenas a quem possa evidenciar que efetivamente dispõe de condições para executar aquilo a que se propõe' (Adilson Dallari). (Resp. Nº 172.232-SP, rel. Min. José Delgado, DJU de 21.9.98, RSTJ 115/194)

Destarte, resta claro que os atestados de capacidade técnica, declarações de tomadores dos serviços do licitante que demonstram a aptidão e qualidade do prestador na execução dos serviços objeto da licitação, ainda que constituam mera declaração unilateral, sendo prova mínima da capacitação técnica do concorrente, devem constar como exigência básica de verificação da habilitação técnica do futuro contratado pela Administração Pública, sendo imprescindível a inclusão de tal exigência no edital do Pregão ora impugnado.

Todavia, para que a apresentação do atestado de capacidade técnica, se preste a atender o fim precípua da qualificação técnica, qual seja, comprovar que a futura contratada possui estrutura operacional e técnica para prestação dos serviços, faz-se necessário delimitar o quantitativo mínimo a ser comprovado a título de experiência anterior.

A jurisprudência do Tribunal de Contas já se manifestou no sentido de que:

[...] é ilícita a fixação de quantitativo mínimo nesses atestados superior a 50% (...) dos quantitativos dos bens e serviços que se pretende contratar, a não ser que a especificidade do objeto o recomende, situação em que os motivos de fato e de direito deverão estar devidamente explicitados no processo administrativo da licitação". (Acórdão n.º 1.052/2012-Plenário, TC 004.871/2012-0, rel. Min. Marcos Bemquerer Costa, 2.5.2012).

Assim sendo, no presente certame, conforme entendimento do TCU, é mister que seja comprovada a aptidão para realização dos serviços objeto do presente edital, com o mínimo 50% do quantitativo mensal licitado.

É dever da Administração garantir que a qualificação técnica atenda ao fim precípua de sua exigência, qual seja, comprovar que a empresa futura contratada possui expertise para perfeita execução do objeto contratual, mitigando os riscos de prejuízo ao erário.

Nesse sentido, trazemos a sábia interpretação do Ministro do TCU Benjamin Zymler, que já se manifestou em relação à matéria:

(...)

15. Nas situações de terceirização de mão de obra, como já adiantado, busca-se averiguar a capacidade das licitantes em gerir pessoal. Nesse sentido, o seguinte trecho do voto condutor do Acórdão 1.214/2013-Plenário:

(...)

16. Sob essa ótica, entendo que admitir a simples soma de atestados não se mostra o procedimento mais adequado para se aferir a capacidade técnico operacional das licitantes. Isso porque se uma empresa apresenta sucessivos contratos com determinados postos de trabalho, ela demonstra ter expertise para executar somente os quantitativos referentes a cada contrato e não ao somatório de todos. Em outras palavras, a demanda por estrutura administrativa dessa empresa está limitada aos serviços exigidos simultaneamente, não havendo que se falar em duplicação dessa capacidade operacional apenas porque determinado objeto executado em um exercício é novamente executado no exercício seguinte.

17. Em suma, não há porque, e aqui divirjo pontualmente da unidade técnica, supor que a execução sucessiva de objetos de pequena dimensão capacite a empresa automaticamente para a execução de objetos maiores. De forma exemplificativa, a execução sucessiva de dez contratos referentes a dez postos de trabalho cada não necessariamente capacita a empresa para a execução de contratos abrangendo cem postos de trabalho.



18. Não é demais rememorar que a jurisprudência desta Corte, em regra, é conservadora no sentido de que a exigência técnico-operacional se limite a 50% do objeto contratado. Ou seja, caso o objeto seja dimensionado para cem postos de trabalho, as exigências editalícias devem se limitar a cinquenta postos. Desta feita, ao se aceitar a simples soma de atestados, estar-se-á se permitindo que uma empresa com experiência, ainda utilizando do exemplo anterior, em gerenciar dez postos de trabalho assuma um compromisso dez vezes maior com a administração pública.
(...)

20. Exceção a esse entendimento deve ser feita quanto os diferentes atestados se referem a serviços executados de forma concomitante. Nessa situação, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, é como se os serviços fossem referentes a uma única contratação. Com efeito, se uma empresa executa simultaneamente dez contratos de dez postos de serviços cada, cabe a suposição de que a estrutura física da empresa é compatível com a execução de objetos referentes a cem postos de serviços. Vislumbra-se, inclusive, nessa situação hipotética, maiores exigências operacionais para gerenciar simultaneamente diversos contratos menores em locais diferentes do que gerenciar um único contrato maior (sempre considerando que haja identidade entre o somatório dos objetos desses contratos menores e o objeto desse contrato maior).” (TCU, Acórdão nº 2.387/2014, Plenário, Rel. Ministro Benjamin Zymler, j. em 10.09.2014)

Desse modo, a ausência de comprovação de experiência anterior em prazos e quantidades de, no mínimo, 50% do objeto da contratação, no presente caso, 50% do quantitativo mensal, mostra-se ineficaz.

Outrossim, a IN nº 05/2017, que normatiza a contratação de serviços pela Administração Pública, dispõe acerca da exigência de qualificação técnica:

10.6. Na contratação de serviço continuado, para efeito de qualificação técnico-operacional, a Administração poderá exigir do licitante:

- a) declaração de que o licitante possui ou instalará escritório em local (cidade/município) previamente definido pela Administração, a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contado a partir da vigência do contrato;
- b) comprovação que já executou objeto compatível, em prazo, com o que está sendo licitado, mediante a comprovação de experiência mínima de três anos na execução de objeto semelhante ao da contratação, podendo ser aceito o somatório de atestados;
- c) no caso de contratação de serviços por postos de trabalho:
 - c.1. quando o número de postos de trabalho a ser contratado for superior a 40 (quarenta) postos, o licitante deverá comprovar que tenha executado contrato(s) com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados;

Ou seja, o Administrador, de modo discricionário, conforme a especificidade do objeto licitado poderá adaptar as exigências para qualificação técnica de modo a garantir a consecução da melhor proposta para os interesses públicos.

A proposta mais vantajosa não deve ser analisada apenas por parâmetros financeiros, posto que nem sempre o melhor preço garante o melhor serviço. A Administração deve pautar o julgamento das propostas em parâmetros que permitam a execução plena e eficaz do contrato, por empresas idôneas e capacitadas para tal finalidade.

Ante ao exposto, pugna-se pela inserção da exigência de apresentação de atestado de capacidade técnica comprovando a execução de no mínimo 50% do quantitativo do objeto do contrato, retificando o item 5.5.1 do edital.

III – PEDIDOS E REQUERIMENTOS

Demonstradas as irregularidades no edital, conforme as razões expostas, pugna pelo recebimento, processamento e acolhimento desta impugnação, retificando-se os vícios e irregularidades apontados tópico supra.

Requer seja republicado o novo texto editalício pelos meios oficiais, nos termos do §4º do art. 21 da Lei nº 8.666/93, marcando-se nova data para a realização da licitação.

Por fim, requer que se manifeste a Autoridade competente acerca do presente pedido de impugnação no prazo de 24 horas, consoante ao disposto no artigo 12 do Decreto 3.555/2000 e artigo 41 da Lei 8.666/93.

Termos em que, pede deferimento.

Rio do Sul/SC, 10 de janeiro de 2023.

REPRESENTANTE LEGAL
MISERVI ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA